

# Diário do Legislativo de 24/08/2005

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB)

Líder: Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (sem partido), Carlos Pimenta (PDT)

### LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado André Quintão

Vice-Líderes: Deputados Ricardo Duarte (PT) e Jô Moraes (PC do B)

### LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Paulo Cesar

### LIDERANÇA DO PL

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líder: Deputado Roberto Ramos

### LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Sávio Souza Cruz

### LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PL), Paulo Piau (PP) e José Henrique (PMDB)

### LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Miguel Martini (sem partido)

### LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Weliton Prado( PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente  
Fahim Sawan

Deputado PFL Vice-Presidente  
Gustavo Valadares

Deputado Dinis BPSB  
Pinheiro

Deputado BPSB  
Sargento Rodrigues

Deputado PT/PCdo B  
Ricardo Duarte

Deputado PL  
Antônio Genaro

Deputado PMDB  
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB  
Barbosa

Deputado Paulo PFL  
Cesar

Deputada Maria BPSB  
Olívia

Deputado Miguel (sem partido)  
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PcdoB

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente  
Leonardo Quintão

Deputado Edson Rezende PT/PCdo B Vice-Presidente

Deputada Ana Maria Resende BPSP

Deputado Sebastião Helvécio BPSP

Deputado Jésus Lima PT/PCdo B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Henrique José PMDB

Deputado Roberto Carvalho PT/PcdoB

Deputado Djalma Diniz BPSP

Deputado Sebastião Costa BPSP

Deputada Cecília Ferramenta PT/PcdoB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BPSP Presidente

Deputado Gilberto Abramo PMDB Vice-Presidente

Deputado Sebastião Costa BPSP

Deputado Ermano Batista BPSP

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT/PCdo B

Deputado George Hilton PFL

Deputado Gustavo Corrêa PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon BPS  
Melo

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

Deputado Marlos BPS  
Fernandes

Deputado Leonídio BPS  
Bouças

Deputada Maria PT/PcdoB  
Tereza Lara

Deputado Roberto PL  
Ramos

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias –

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Vanessa BPS  
Lucas

Deputado Domingos BPS  
Sávio

Deputado Biel Rocha PT/PCd  
oB

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

Deputado Gil Pereira PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPS  
Resende

Deputada Lúcia (sem partido)  
Pacífico

Deputado André PT/PcdoB  
Quintão

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Dimas PP  
Fabiano

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente  
Rafael

Deputada Lúcia (sem Vice-Presidente  
Pacífico partido)

Deputado João (sem  
Leite partido)

Deputado Jésus PT/PcdoB  
Lima

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

Deputado Leonídio BPSP  
Bouças

Deputado Carlos BPSP  
Pimenta

Deputado Padre João PT/PcdoB

Deputado Célio PL  
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PcdoB Presidente  
Durval Ângelo

Deputado PL Vice-Presidente  
Roberto Ramos

Deputado Irani BPSP  
Barbosa

Deputado Zé BPSP  
Maia

Deputado Paulo PFL  
Cesar

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PcdoB

Deputado Antônio PL

Genaro

Deputado Dilzon BPSP  
Melo

Deputado Ermano BPSP  
Batista

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras- 9 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente  
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente  
Maria Resende

Deputado Leonídio Bouças BPSP

Deputado Biel PT/PCdoB  
Rocha

Deputado Paulo PP  
Piau

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL  
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP  
Ribeiro Silva

Deputado Miguel (sem partido)  
Martini

Deputado Weliton PT/PcdoB  
Prado

Deputado Gil Pereira PP

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Domingos Sávio BPSP Presidente

Deputado Jayro PL Vice-Presidente  
Lessa

Deputado Sebastião BPSP  
Helvécio

Deputado Ermano Batista BPSP

Deputada Elisa PT/PCdo  
Costa B

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Márcio BPSP  
Kangussu

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BPSP

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Luiz Humberto BPSP  
Carneiro

Deputado Irani Barbosa BPSP

Deputado André Quintão PT/PcdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo Piau PP

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdoB Presidente  
Laudelino Augusto

Deputado Doutor BPSP Vice-Presidente  
Ronaldo

Deputado João (sem  
Leite partido)

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

Deputado Paulo PP  
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PcdoB  
Gomes

Deputado Alencar da BPSP  
Silveira Jr.

Deputada Lúcia (sem partido)  
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB  
Quintão

Deputado Dimas PP  
Fabiano

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdoB Presidente  
Tereza Lara

Deputado José BPSP Vice-Presidente  
Milton

Deputado Miguel (sem  
Martini partido)

Deputado André PT/PCdoB  
Quintão

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PcdoB  
Augusto

Deputado Fahim BPSP  
Sawan

Deputado João Leite (sem partido)

Deputado Jésus Lima PT/PcdoB

Deputado Leonardo PMDB  
Quintão

#### COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente  
Pereira

Deputado Marlos BPSB Vice-Presidente  
Fernandes

Deputado Luiz BPSP  
Humberto  
Carneiro

Deputado Padre PT/PCdo  
João B

Deputado Doutor PFL  
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputado Olinto Godinho BPSB

Deputado Doutor BPSB  
Ronaldo

Deputada Maria Tereza PT/PcdoB  
Lara

Deputado Gustavo PFL  
Corrêa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras –14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Márcio BPSP Presidente  
Kangussu

Deputado Djalma BPSP Vice-Presidente  
Diniz

Deputado PT/PCdo  
Ricardo Duarte B

Deputado PP  
Pinduca Ferreira

Deputada BPSP  
Vanessa Lucas

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria BPSP  
Olívia

Deputado Doutor BPSP  
Ronaldo

Deputado Durval PT/PcdoB  
Ângelo

Deputado Dimas PP

Fabiano

Deputado Domingos BPSP  
Sávio

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente  
Adelmo Carneiro B  
Leão

Deputado Carlos BPSP Vice-Presidente  
Pimenta

Deputado Fahim BPSP  
Sawan

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado PL  
Roberto Ramos

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/Pcdob  
Rezende

Deputado Sebastião BPSP  
Helvécio

Deputado Arlen BPSP  
Santiago

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

Deputado Jayro Lessa PL

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSP Presidente  
Maia

Deputado PL Vice-Presidente  
Leonardo Moreira

Deputado BPSP  
Sargento  
Rodrigues

Deputado PT/PCdo  
Weliton Prado B

Deputado PMDB  
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

Deputado Olinto BPSP  
Godinho

Deputado Adelmo PT/PCdoB  
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente  
Alencar da  
Silveira Jr.

Deputada Elisa PT/PCdo Vice-Presidente  
Costa B

Deputado Irani BPSP  
Barbosa

Deputada Jô PT/PCdo  
Moraes B

Deputado PFL  
Gustavo  
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSP

Deputado André PT/PCdoB  
Quintão

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputado Carlos PT/PCdoB  
Gomes

Deputado Paulo Cesar PFL

## COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Márcio PL Presidente  
Passos

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente  
Nogueira

Deputado Olinto BPSP  
Godinho

Deputado Roberto Carvalho PT/PCdoB

Deputado Dimas PP  
Fabiano

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Márcio BPSP  
Kangussu

Deputado Ricardo PT/PCdoB  
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

## COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente  
Bittar

Deputado Carlos PT/PCdoB Vice-Presidente  
Gomes

Deputada Cecília PT/PCdoB  
Ferramenta

Deputada Maria BPSP  
Olívia

Deputado Paulo PFL  
Cesar

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSB  
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Durval PT/PCdoB  
Ângelo

Deputada Vanessa BPSB  
Lucas

Deputado Doutor PFL  
Viana

#### OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Biel Rocha

#### SUMÁRIO

##### 1 - ATAS

##### 1.1 - Reunião de Comissões

##### 2 - ORDENS DO DIA

##### 2.1 - Plenário

##### 2.2 - Comissões

##### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

##### 3.1 - Plenário

##### 3.2 - Comissões

##### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

##### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

##### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

##### 7 - ERRATA

#### ATAS

ATA DA 14ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 16/8/2005

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Padre João, Marlos Fernandes e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Padre João, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício nº 18/2005, oriundo da Mensagem nº 406/2005, do Governador do Estado, publicado no "Diário do Legislativo" de 11/8/2005; Ofício nº 344/2005, do Diretor-Presidente da Embrapa, publicado no "Diário do Legislativo" de 12/8/2005; e o Ofício nº 67/2005, do Sindicato da Indústria de Café do Estado de Minas Gerais - SindiCafé-MG -, que solicita sejam convidados o Diretor de Qualidade e o Diretor Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café - Abic -, para debaterem, nesta Comissão, o Projeto de Lei nº 1.361/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 2.422/2005, em turno único (Deputado Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.034/2005 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Marlos Fernandes, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.322/2005. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2005.

Padre João, Presidente.

ATA DA 16ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em

17/8/2005

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fahim Sawan, Gustavo Valadares, Dinis Pinheiro e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fahim Sawan, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dinis Pinheiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Zita Sant'Ana da Cunha, Presidente da 52ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais, publicada no "Diário do Legislativo" do dia 12/8/2005. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.100, 5.101, 5.111, 5.115 e 5.119/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Ricardo Duarte e Fahim Sawan, em que solicitam a realização de audiência pública para debater, com convidados, os Projetos de Lei nºs 2.460, 2.461, 2.462 e 2.463/2005, do Governador do Estado, que dispõem sobre as tabelas de vencimento das carreiras da educação, da saúde e sobre instituição de Vantagem Temporária Incorporável; e Fahim Sawan, em que solicita sejam encaminhados ofícios ao Governador do Estado, com vistas a que envide esforços para o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange a proibição da comercialização de bebidas alcóolicas a menores de 18 anos, e ao Secretário de Estado de Defesa Social, com vistas a que envide esforços e determine providências para regulamentação do Fundo de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes - Fumprem. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005.

Fahim Sawan, Presidente - Antônio Júlio - Gustavo Valadares - Maria Tereza Lara.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 19/8/2005

Às 13h15min, comparece no Plenário da Câmara Municipal de Juiz de Fora, o Deputado Padre João, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Biel Rocha. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Padre João, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscrive. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 2.028/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e dá outras providências. A seguir, registra-se a presença dos Srs. Tadeu David, advogado representante da OAB de Juiz de Fora; Plínio César Mansur da Silva, representante da Câmara Municipal de Juiz de Fora; Clério Koyro, da Comissão Regional Zona da Mata III do Consea-MG; Nilson Lopes da Silva, Conselheiro da Comissão Regional Zona da Mata I do Consea-MG; Meiry Andréa Borges David, Conselheira Estadual do Consea-MG; Alice de Paula Delgado, Coordenadora da Comissão Regional Zona da Mata III do Consea-MG; Márcia Barroso de Carvalho Nocera, da Comissão Regional Zona da Mata III; e Conceição Maria de Souza Costa, Coordenadora Regional do Consea-MG Vertente I, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005.

Padre João, Presidente - Marlos Fernandes - Olinto Godinho.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 59ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 24/8/2005

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 80/2004, dos Deputados Leonardo Quintão e Luiz Humberto Carneiro e outros,

que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação da Emenda nº 1 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003, da Comissão Especial da Uemg e outros, que acrescenta parágrafo ao art. 199 e dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que perdeu o prazo para emitir parecer sobre a Emenda nº 2. Designado como relator em Plenário, o Deputado Zé Maia opina pela rejeição da Emenda nº 2 e pela aprovação da Emenda nº 3, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.254/2005, do Tribunal de Justiça, que cria cargos na estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal de Justiça. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.362/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira, que altera a Lei nº 14.132, de 20/12/2001. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.429/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a Política Estadual de Saúde Vocal. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma de Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.575/2004, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Cultura do Bambu e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.760/2004, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos fornecedores de produtos ou serviços considerados nocivos à saúde da população do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Saúde opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.877/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.879/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tapiraí os imóveis que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.916/2004, da Deputada Jô Moraes, que estabelece política pública de prevenção e combate à surdez na infância e em recém-nascidos, no âmbito do Estado, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.113/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paraisópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 24/8/2005

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.130/2005, do Deputado Arlen Santiago; 5.162/2005, do Deputado Sargento Rodrigues; 5.173/2005, do Deputado Carlos Gomes; e 5.178/2005, do Deputado José Henrique.

Finalidade: debater, em audiência pública, as obras de infra-estrutura necessárias, em face do crescimento gerado pela expansão da Gerdau Açominas, nas cidades de Ouro Branco, Conselheiro Lafaiete e Congonhas, com diversos convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 24/8/2005

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.946/2004, do Deputado Márcio Kangussu; 1.859/2004, da Deputada Cecília Ferramenta; 1.933/2004, do Deputado Doutor Viana; 1.956/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 1.967/2004, da Deputada Lúcia Pacífico; 1.986/2004, do Deputado Gilberto Abramo; 1.991/2004, do Governador do Estado; 2.086/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.249/2005, do Deputado Doutor Viana; e 2.327/2005, da Deputada Lúcia Pacífico.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.078/2005, da Deputada Ana Maria Resende; e 5.174/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 24/8/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.951/2004, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.131 e 5.135/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.136 e 5.137/2005, do Deputado Domingos Sávio; 5.168, 5.169 e 5.203/2005, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 24/8/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão Especial das Estâncias Hidrominerais a realizar-se às 10 horas do dia 25/8/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 24/8/2005, destinadas, a primeira, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 80/2004, dos Deputados Leonardo Quintão e Luiz Humberto Carneiro e outros, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 1.362/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira, que altera a Lei nº 14.132, de 20/12/2001; 1.429/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a Política Estadual de Saúde Vocal; 1.877/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica; 1.879/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tapiraí os imóveis que menciona; e 2.254/2005, do Tribunal de Justiça, que cria cargos na estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal de Justiça; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e, a segunda, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação da matéria constante da pauta da primeira, acrescida da Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003, da Comissão Especial da

Uemg, que acrescenta parágrafo ao art. 199 e dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 1.575/2004, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Cultura do Bambu e dá outras providências; 1.760/2004, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos fornecedores de produtos ou serviços considerados nocivos à saúde da população do Estado e dá outras providências; 1.916/2004, da Deputada Jô Moraes, que estabelece política pública de prevenção e combate à surdez na infância e em recém-nascidos, no âmbito do Estado, e dá outras providências; e 2.113/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paraisópolis o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 23 de agosto de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 16.591, 16.602 e 16.603

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Jô Moraes e os Deputados Doutor Viana, Gil Pereira e Marlos Fernandes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/8/2005, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005.

Ermano Batista, Presidente "ad hoc".

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 88/2005

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Zé Maia, Adelmo Carneiro Leão, Roberto Ramos e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/8/2005, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 88/2005, do Governador do Estado, e de apreciar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005.

Sebastião Helvécio, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.439/2005

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Doutor Ronaldo, o Projeto de Lei nº 2.439/2005 visa declarar de utilidade pública o América Futebol Clube, com sede no Município de Sete Lagoas.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O América Futebol Clube, fundado em 1934, tem por finalidade proporcionar a difusão do civismo e da cultura física, principalmente o futebol.

Promove a prática e a competição em todas as modalidades esportivas amadorísticas especializadas, inclusive o futebol feminino, realizando, também, eventos de caráter social e cultural.

O clube disponibiliza sua escolinha para atender crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 4 a 18 anos incompletos, reservando o mínimo de 20% das inscrições para atletas carentes.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.439/2005, em turno único.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005.

Ana Maria Resende, relatora.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

Discursos Proferidos em 18/8/2005

Deputada Maria Tereza Lara\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público da TV Assembléia, boa tarde.

Inicialmente, cumprimento a Fundação Movimento Direito e Cidadania e a Escola do Perdão e da Reconciliação, uma escola de vida, que, em parceria com a Escola Superior Dom Helder Câmara, promoveu, ontem, o seminário "Desarmamento e Direitos Humanos na Construção da Cultura da Paz". Um evento muito importante, em que várias entidades religiosas, católicas, evangélicas e de outras denominações, além de igrejas não cristãs e entidades de movimentos sociais, discutiram a questão do desarmamento.

Aqui, nesta Casa, está sendo formada uma frente parlamentar em defesa do desarmamento, por iniciativa do Deputado Edson Rezende, da qual fazemos parte. O Deputado Marlos Fernandes, aqui presente, também está atuando nessa frente, entre outros colegas Deputados e Deputadas que têm o compromisso de combater a violência por meio do desarmamento.

Nossos companheiros e companheiras do Bloco PT-PCdoB - e aqui estão os Deputados Laudelino Augusto, Rogério Correia, Weliton Prado -, são favoráveis ao desarmamento como princípio de defesa da vida e da dignidade do ser humano.

Ao falar desta tribuna pela primeira vez neste semestre, gostaria de refletir a respeito do momento que estamos vivendo. Não podemos desconhecer que o Brasil passa por um momento de crise política, em que muitos valores e a prática desses valores estão sendo discutidos e em que muitos contravalores estão sendo explicitados nos fatos ocorridos.

Toda crise pode gerar um fruto se a vivermos com responsabilidade, humildade e sabedoria. Diante dos fatos, resta-nos pensar o que fazer para construirmos a sociedade com que tanto sonhamos, com igualdade social, justiça, transparência e respeito aos recursos públicos.

Infelizmente, nas estruturas e na cultura do nosso país, há alguns contravalores introjetados. Há 29 anos, era Secretária Municipal de Educação em Betim, e uma coordenadora da caixa escolar unificada ficou indignada quando, ao fazer algumas compras, o proprietário da loja perguntou-lhe: "De quanto você quer a nota?".

Recentemente, em algumas reuniões, fazendo uma pesquisa, vemos que essa situação ainda existe. Quantas vezes, em restaurantes, hotéis e outros lugares, perguntam-nos que valor da nota iremos querer.

Viajando neste fim de semana, infelizmente, em um determinado hotel, um funcionário perguntou-me: "De quanto você quer a nota?". Temos de fazer essa reflexão. Temos de trabalhar para que os verdadeiros valores, de honestidade, de transparência, aconteçam desde os fatos pequenos e simples do dia-a-dia até os mais importantes e as mais importantes decisões.

Nesse contexto, temos de aprender com tudo o que acontece, defendendo, primeiramente, que a apuração atinja o mais profundo dos fatos, separando os que são verdadeiros das manobras e mentiras e fazendo com que as pessoas que cometeram erros respondam por eles. Se realmente na apuração for comprovado crime, as pessoas têm de ser punidas.

O papel da imprensa é muito importante. A imprensa é essencial para a democracia. Mas é preciso que, de fato, seja isenta, mostre os dois lados de cada situação e, sobretudo, fale sempre a verdade. Temos de defender isso, o que nem sempre acontece. De forma alguma isso desmerece o papel da imprensa. É preciso que haja conselhos de comunicação e de ética, para que o valor da defesa da verdade e da isenção da imprensa seja preservado.

Nesse contexto, também temos de aprender que, tanto nos espaços de poder de mandatos eletivos, como em todos os outros espaços de poder, como diretorias de órgãos públicos e secretarias de qualquer esfera, municipal, estadual ou federal, se pode radicalizar na transparência, na verdade, na divulgação dos fatos, na coerência, na honestidade. É preciso rever a nossa ação do dia-a-dia e que cada um de nós, detentor de qualquer espaço de poder, se pergunte se há qualquer deslize, por mínimo que seja, por falta, às vezes, de uma atenção maior. É momento de se refletir sobre a nossa ação.

Temos de cobrar uma apuração dos órgãos públicos, dos partidos políticos, mas cada um de nós tem de fazer a sua parte e contribuir para que este país seja passado a limpo. E que também haja uma reforma política, para que as campanhas políticas, as ações conjuntas e de entes representativos deste poder político em nosso país tenham condições de radicalizar a transparência e a competência no uso do recurso público, sem desvio de nenhum centavo.

Queremos, para encerrar, ler a declaração da CNBB sobre a crise política do Brasil. Aachamos extremamente importante a manifestação da CNBB, que tem dado grande contribuição ao nosso país, refletindo e apontando caminhos para que a nossa sociedade seja verdadeiramente justa, fraterna e igualitária, como é o projeto de Jesus para o nosso mundo: que todos tenham vida, e vida em abundância. Não há falta de recursos, mas malversação dos recursos públicos. Há falta de distribuição dos recursos, tanto os financeiros como a nossa terra. Há grande concentração na mão de poucos, enquanto milhões passam fome e não têm um pedaço de terra.

Mesmo com todos os projetos sociais do governo federal, que aachamos extremamente importantes e defendemos, temos ainda de radicalizar e contribuir para o controle social. Também acreditamos que o controle social é condição essencial para que haja transparência e os recursos públicos sejam, de fato, usados para o bem de todo o povo, e não de alguns.

Vou ler a manifestação, a declaração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - sobre a crise política e peço a atenção de todos. Essa declaração é extremamente importante para nós, católicos, cristãos, enfim, todos os que têm boa-vontade, compromisso com o povo brasileiro. É importante ainda para o momento que estamos vivendo.

Diz a declaração da CNBB: "Nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, reunidos na 43ª Assembléia-Geral da CNBB, de 9 a 17/8/2005, em Itaici, Indaiatuba, São Paulo, preocupamo-nos com a situação do País. Diante das reiteradas denúncias de corrupção nas diferentes instâncias do poder público e em face da indignação que elas levantam, conclamamos o povo brasileiro a recuperar a esperança, concretizando-a em compromissos de participação política.

A atual crise está levando o povo ao descrédito da ação política, em contraste com as expectativas de mudanças que haviam sido suscitadas nos últimos anos. É indispensável, por isso, renovar a convicção de que a política é uma forma sublime de praticar a caridade, quando colocada a serviço da justiça e do bem comum.

O uso de fontes escusas para o financiamento de campanhas eleitorais, o desvio de recursos públicos, a manipulação de empresas estatais em benefício de partidos e tantas outras denúncias de corrupção que vêm acontecendo de longa data e que, nos últimos dias, emergiram de forma escandalosa, provocam, em todos nós, a indignação ética.

É preciso buscar as raízes históricas da perversa cultura de corrupção implantada no País. Ela se nutre da impunidade acobertada pela convivência, que se torna cumplicidade, incentivada por corporativismos históricos, habituados a usar, em benefício de interesses particulares, as estruturas do poder público.

A indignação ética, que nasce da consciência da violação de valores fundamentais, resulta estéril, caso não leve a um maior comprometimento pessoal com ações concretas, em favor do aprimoramento da ordem política. É indispensável contribuir para maior participação popular nas decisões sobre os rumos do nosso país, fortalecendo a prática da democracia, sem nos omitir ou desistir.

Para que esse compromisso ético com o Brasil seja efetivo, é preciso ter presente a corrupção pessoal e estrutural. A corrupção pessoal deve ser investigada, punida, inclusive com devolução dos recursos desviados, e também prevenida por meio de maior transparência na administração dos bens públicos. Sua erradicação requer esforço de conversão pessoal e uma sólida consciência moral, cultivada por uma educação permanente para a cidadania, para a renovação do tecido social da Nação.

A corrupção estrutural convive com o atual sistema político-eleitoral brasileiro, e vem associada à estrutura econômica que acentua e legitima as desigualdades. É urgente uma radical reforma desse sistema.

Esse é o clamor mais evidente que emerge em meio à crise. Não se pode desperdiçar este momento para realizar uma profunda reforma política, como oportunidade de assegurar a fidelidade partidária, aprimorar os institutos da democracia representativa e favorecer os institutos da democracia direta, participativa e deliberativa, por meio de referendos, plebiscitos e conselhos, em todos os níveis de decisão, conforme o art. 14 da Constituição Federal. Urge assegurar a lisura nas campanhas eleitorais pela aplicação mais rápida e severa da Lei nº 9.840 contra a corrupção eleitoral.

Apoiamos e incentivamos todo o trabalho de averiguação criteriosa dos fatos, quando fundamentada no direito e no respeito à dignidade da pessoa, levada adiante pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pela Controladoria-Geral da União e pelas diversas comissões parlamentares de inquérito.

Reconhecemos a importância da imprensa para divulgar os fatos e colocá-los à disposição da cidadania, para aprimoramento da consciência política dos cidadãos. É importante, no entanto, manter o discernimento, a busca incansável da verdade, sem hipocrisias e sem pré-julgamentos, para formarmos uma opinião pública esclarecida e operante.

Em sintonia com o povo, devemos ter a lucidez e o senso crítico de não somente enxergar a corrupção na administração dos recursos públicos, mas perceber, igualmente, o grande mal do nosso país, que é a sua enorme desigualdade social. Essa desigualdade é mantida e acentuada por uma política econômica que aumenta a concentração de renda e de riqueza, mediante mecanismos que privilegiam o capital financeiro e frustram políticas públicas mais eficazes e abrangentes.

Os pobres são as maiores vítimas da crise. Ninguém pode roubar-lhes a esperança de justiça e de condições dignas de vida. A experiência de participação popular na política, por meio de movimentos sociais, sindicatos, pastorais sociais e partidos políticos é uma conquista e um patrimônio histórico do povo brasileiro, que não podem ser perdidos pela ação nefasta de políticos que buscam o poder e vantagens pessoais a qualquer custo.

Associamo-nos, portanto, aos governantes e ao povo brasileiro para fazer desta crise um momento de purificação política e de maior comprometimento na ação concreta pela construção de um Brasil justo, solidário, democrático e respeitoso da vida e da ecologia.

Reafirmamos nossa confiança no povo brasileiro, cuja cultura, apesar de alguns aspectos ambíguos, guarda valores de grande significação ética, como a solidariedade, a cordialidade e o senso de justiça. O povo já deu, ao longo da história, muitas provas de energia e capacidade de superar crises. Alicerçados nos valores do Evangelho, proclamamos com todo vigor: Não vamos desistir do projeto de construir uma nação justa, pacífica e democrática.

A palavra de Deus nos conforta e sempre nos assegura que 'a Verdade vos libertará'. Nos momentos difíceis, a graça de Deus se manifesta mais. Podemos contar com sua ajuda. Apostamos nas convicções éticas e cristãs do povo brasileiro, capazes de reanimar a todos na superação dos impasses que a crise atual nos apresenta.

Reanimando-nos mutuamente, vamos todos nos unir, em mutirão, por um novo Brasil, conforme a convocação da 4ª Semana Social Brasileira, que, neste momento, queremos encorajar, 'dando as razões da nossa esperança'.

Que Deus nos ajude e proteja por intercessão de Nossa Senhora Aparecida."

Esta a declaração da CNBB sobre a crise política no Brasil, que deixamos registrada nesta Casa, e com a qual concordamos. Acredito que essa declaração tem apoio do nosso Bloco PT-PCdoB nesta casa, representado aqui pelos Deputados Laudelino Augusto, Weliton Prado e Rogério Correia, que preside esta reunião, e pela Deputada Jô Moraes. Quero acreditar que posso falar em nome da grande maioria desta Casa, que concorda com as palavras da CNBB.

De modo especial, queremos declarar publicamente o compromisso do Bloco PT-PCdoB em unir forças para que possamos fazer do limão uma limonada, para que, com esta crise, possamos contribuir para que o nosso país seja passado a limpo, para que haja uma purificação, para que os verdadeiros valores sejam usados na construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária.

Queremos, Deputada Jô Moraes, chamar todas as mulheres de Minas Gerais para que possamos nos mobilizar e participar efetivamente deste momento difícil, que pode se transformar em um momento extremamente importante para o futuro do nosso país. Conclamamos todas as mulheres mineiras para que possam acompanhar os acontecimentos, sem cruzar os braços e, muito menos, sem abaixar a cabeça, para, assim, construirmos juntos esse momento e nossa nação que muito amamos. Muito obrigada.

\* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Weliton Prado - Boa-tarde a todos e a todas. Gostaria de dizer à Deputada Maria Tereza Lara, que leu a declaração da CNBB, que concordamos com sua intervenção. É um momento realmente de renovação, de mudança. Se analisarmos a história dos 500 anos de nosso

país, veremos que o Brasil sempre foi marcado pelas injustiças, pelo mau uso do dinheiro público, pelas desigualdades e pela corrupção. O povo não agüenta mais isso.

Sabemos que não é possível mudar toda uma situação de calamidade da noite para o dia, mas gostaria de parabenizar o posicionamento da Polícia Federal, que nunca trabalhou tanto no País como agora. Ontem, ouvimos a declaração do Presidente de que a Polícia Federal efetuou mais prisões nesses 3 primeiros anos de governo que nos últimos 30 anos.

Hoje não é apenas o ladrão de galinha que está na cadeia. Há político, empresário, Juiz e Promotor. É importante lutar para fazer uma mudança radical no País. Não canso de repetir o que Paulo Freire já dizia: "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda". Temos de investir na educação, nas crianças. É preciso ainda valorizar os servidores públicos, que estão recebendo um salário de fome, uma miséria. Um P-1, professor de 1ª à 4ª série, recebe apenas R\$212,00.

Depois de muita luta, as tabelas salariais chegaram na Assembléia. Temos de lutar para fazer modificações. Hoje, pela manhã, conversei com o Deputado Carlos Pimenta sobre a situação dos professores da Unimontes - ontem S. Exa. fez um pronunciamento a respeito, e os Deputados Rogério Correia e Biel Rocha apresentaram alguns requerimentos - a respeito da realização de audiências públicas para a discussão do plano de cargos e carreira dos servidores da educação, da saúde e de outras áreas. Proporemos modificações de forma significativa.

O Governador tirou com uma mão e deu com a outra. Ele cortou o abono de quem tinha dois cargos e agora está devolvendo o abono de R\$45,00, incorporando parte da PRC e transformando em vantagem - VTI. Não haverá nenhum reajuste, apenas a incorporação. Há servidores que receberão menos. Ele concede também 5% de aumento, mas somente para o ano que vem. E, mesmo assim, será descontado na VTI.

Sem falar no IPSEMG, que - desculpem-me a expressão - é uma porcaria, com um péssimo atendimento. Temos de nos esforçar. É preciso que os Deputados da Casa façam uma grande frente a fim de garantir, de fato, modificações nas tabelas salariais e dignidade aos servidores que estão em situação de calamidade.

É muito importante que os servidores procurem outras formas de se organizar. A paralisação é uma, mas, no sistema capitalista, às vezes só se tem solução quando há pressão. O parlamento muitas vezes é igual ao feijão, que só funciona com pressão. Os servidores precisam conversar com os Deputados em suas bases, em cada região do Estado. É necessário que se faça mobilizações e paralisações. Não só os professores, mas também os servidores do Estado em geral, deveriam bloquear as estradas de Minas Gerais, que têm a maior malha rodoviária de todo o País. Isso paralisaria o Brasil, e certamente, com essa pressão, o Governador sentiria na pele e voltaria atrás.

Trata-se de um ponto polêmico, uma das questões principais a serem examinadas neste segundo semestre na Assembléia - as tabelas salariais.

O Deputado Márcio Kangussu (em aparte)\* - Obrigado, Deputado Weliton Prado. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Presidente Rogério Correia. Deputado Weliton Prado, é a primeira vez que tenho o privilégio e a honra de apartear V. Exa., que é um dos parlamentares mais atuantes e presentes neste Plenário. V. Exa. acaba de falar em estrada em seu pronunciamento. Deputado Weliton Prado, V. Exa. deve ter acompanhado ontem em Brasília o Presidente Lula liberando R\$1.000.000.000,00 para emendas parlamentares e R\$380.000.000,00 para aeroportos.

Depois do "aerolula", parece que o Presidente está com idéia fixa em voar, aliás, está voando há bastante tempo, não apenas literalmente, mas também ao governar. V. Exa. acabou de dizer que a Polícia Federal nunca teve tanto trabalho. Essa turma que assumiu o governo nunca deu tanto trabalho à Polícia Federal.

Serão destinados R\$380.000.000,00 aos aeroportos, mas nem um centavo às estradas. Nós, que sempre andamos pelas de Minas Gerais, sabemos o quanto sofremos. Entretanto, o Presidente, que anda voando, possivelmente não sabe o que ocorre nas estradas. Como estamos prestes a entrar no período das chuvas, as estradas ficarão intransitáveis. Como não temos conseguido fazer com que o governo federal enxergue a situação das BRs, estamos acionando a Justiça para obrigar o DNIT a fazer os reparos mínimos necessários, a fim de termos condições de trafegar nas estradas. Serão destinados R\$1.000.000.000,00 a emendas parlamentares, R\$380.000.000,00 a aeroportos, mas nem um centavo às estradas. Esse é o governo do Presidente Lula. Obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Só há como pensarmos em progresso, desenvolvimento, se tivermos uma boa malha rodoviária, e o Estado de Minas Gerais possui a maior malha rodoviária de todos os Estados da Federação. É preciso investir em ferrovia e hidrovia para gerar emprego e renda.

Os governos anteriores cometeram diversos crimes. Houve desvio dos cofres públicos de R\$800.000.000,00, que seriam destinados às estradas. Quem fez isso deveria estar na cadeia, pois esses recursos pertenciam às estradas. Todavia, até o momento, não vimos o Governador Aécio Neves se manifestar.

Voltando à questão da educação, imagino como os professores e os servidores públicos se sentem recebendo essa miséria. É imensa a enganação por parte do governo do Estado, que divulgou, não só a Minas Gerais, como também a todos os Estados, que os servidores estavam tendo 54,5% de reajuste. Isso é verdade? Os servidores estão sofrendo na pele e sabem que isso é mentira.

A expressão "servidor público" quer dizer servir ao público, mas, infelizmente, esse governo não tem a sensibilidade de enxergar que os professores e os servidores públicos são fundamentais para o desenvolvimento do Estado. O que o Governador fez? Assim que assumiu, jogou nas costas dos servidores todos os problemas do Estado. Afirmou que o déficit do Estado era de R\$2.400.000,00 e determinou que fosse feita a reforma administrativa, mandando servidores embora. Queria acabar com os poucos direitos, como férias-prêmio, quinquênio e biênio. Também pretendia acabar com o regime jurídico único, passando a contratar servidores pelo regime CLT. Imaginem o grande curral eleitoral, pois a contratação seria em todo o Estado de Minas Gerais. Quem não seguisse diretamente a ordem do governo seria demitido sumariamente. Quanto à avaliação de desempenho, não haveria a participação do sindicato da categoria. Graças ao posicionamento firme do Bloco PT-PCdoB, conseguimos impedir que as perdas dos servidores fossem maiores.

Se não fosse a nossa atuação de denúncia, eles perderiam muito mais. Hoje, os servidores já não têm direito ao atendimento do Ipsemg. Imaginem se a reforma administrativa passasse! Ela acabaria, de fato, com o Instituto. Agora, vemos a vontade do governo estadual de cobrar dos dependentes, o que é um absurdo. Em vez de resolver o problema do órgão, cobra mais, aumentando ainda mais o desconto dos servidores. E o Governador prometeu, no acordo da greve passada, incorporar o abono de forma retroativa e a PRC - cujo valor máximo, segundo proposta do sindicato, é R\$360,00 mais R\$45,00 -, incorporar o salário-base em cima desse valor total. Da maneira como o Governador fez, foi apenas "marketing" e divulgação, tentando ludibriar a categoria, que não é boba e está atenta. Podem ter certeza de que o movimento fortalecerá os servidores públicos, que são formadores de opinião e se encontram em todo o Estado de Minas Gerais, em todos os rincões. É preciso paralisar e pressionar, para que o governo sinta a situação na pele, mude, tome tino e vergonha, garantindo dignidade para os servidores.

A Deputada Jô Moraes (em aparte)\* - Caro Deputado Weliton, o seu pronunciamento é fundamental para fincar nesta Casa o compromisso de todos os parlamentares, não com "A" ou "B", mas, sobretudo, com os servidores que sustentam a ação tanto na área de educação, como na de saúde. Quero, inclusive, fazer um apelo. O Deputado Márcio Kangussu falou aqui sobre estradas. Ele pode se pronunciar e se comprometer com os servidores públicos pela mudança da tabela remuneratória, que não atende às reivindicações básicas do nosso pessoal. Há sensibilidade; mesmo os Deputados da base do governo têm consciência e compreensão do significado da remuneração do professor em Joáima, Nanuque, Jequitinhonha e Montes Claros.

Hoje à tarde, teremos uma audiência com o Líder do Governo, para que os professores e as professoras possam fazer sua reivindicação elementar, que é ter liberdade de lutar por seus direitos, porque está havendo perseguição e ameaça nas salas de aula, além de corte de ponto. Não podemos compartilhar de um clima como esse em momento tão grave, em que se discute a tabela remuneratória.

É por isso que cumprimento V. Exa. Acho que a discussão hoje começa aqui, com a vigília desta Casa em defesa dos interesses dos trabalhadores das áreas de educação e saúde. Esta Assembléia não pode deixar que se aprovelem as tabelas do jeito que estão, porque elas não correspondem sequer às reivindicações dos professores, nem à propaganda enganosa que o Governador fez neste Estado.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Serei breve, Deputado. Primeiramente, gostaria de parabenizar V. Exa. por seu espírito democrático. Irei apenas contrapor alguns pontos do seu pronunciamento, principalmente no tocante aos servidores públicos que aqui se fazem presentes. Eles têm o direito de vir a esta Casa do povo, de se manifestar. Farei, portanto, um contraponto do que realmente está sendo praticado por este governo do Estado de Minas Gerais.

Há muitos anos, existia a novela do 13º salário, que ficou resolvido e passou a ser pago por esse Governador no mesmo ano, no mês de dezembro. Esse é um direito do servidor que há muito não vinha sendo reconhecido pelos outros governantes. Gostaria de dizer que o Governador Aécio Neves foi o responsável por fixar o quinto dia útil do mês subsequente como data-limite para o pagamento dos salários. Foi ele o responsável por diminuir o número de cargos de recrutamento amplo, valorizando o servidor. Às vezes, algumas pessoas se deixam levar.

Respeito a posição dos servidores, mas discordo veementemente de todas as posições apresentadas pelo Deputado Weliton Prado. Este governo tem demonstrado que respeita e exalta muito o trabalho do servidor público estadual e sabe que o Estado lhe deve muito. Não resolveremos os problemas dos servidores de um momento para o outro, principalmente com discurso demagógico. No Estado, faz-se agora política de maneira responsável e sincera, diferentemente de outros entes da Federação, de outros governos e, principalmente, de outros partidos.

Aqui se faz política sem demagogia, com responsabilidade e sinceridade. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, o pagamento no quinto dia útil é dever e responsabilidade do Estado e um direito dos servidores, assim como o décimo-terceiro em dia. Sobre o décimo-terceiro, a questão é matemática: somaremos 45 vezes 13. O abono para os servidores que o Governador cortou é maior que o décimo-terceiro que ele pagou. Os servidores estão sem aumento, sem reajuste há mais de 10 anos. É justa a reivindicação da categoria, que precisa radicalizar, pressionar e contar com o apoio dos estudantes, dos pais, da sociedade, da categoria da saúde e de outras categorias e, além disso, promover uma grande frente e várias mobilizações para pressionar o governo a ter sensibilidade e voltar atrás a fim de garantir o reajuste com tabelas justas e decentes. Não há como acreditar. É uma piada o servidor ganhar R\$212,00.

Para este ano, o orçamento do governo do Estado estava estimado em R\$10.000.000,00. O governo do Estado fez uma suplementação para R\$55.000.000,00 em publicidade, propaganda e divulgação. Isso é mais do que gasta na Uemg e na Unimontes, na educação e em pesquisa e extensão, sem contar os recursos gastos pela Cemig, Codemig, Copasa, com publicidade e "marketing".

O Governador dispôs de pouco mais de R\$50.000,00 no orçamento para o programa Primeiro Emprego, mas mais de R\$2.000.000,00 com publicidade do programa. As crianças entraram com 6 anos de idade na escola, e o ensino fundamental passa de oito para nove anos. Isso seria ótimo. Porém foi criado um projeto-piloto para algumas escolas estaduais. Os servidores sabem muito bem que o ensino de 1ª à 4ª série, na maioria dos 853 Municípios do Estado, é responsabilidade hoje do poder público municipal, da Prefeitura. Observem o que o Governador faz. O Governador é inteligente! Ele joga com a inteligência das pessoas, criando um programa-piloto em algumas escolas pingadas no Estado e divulgando para todo o Brasil que, em Minas Gerais, as crianças entram com 6 anos de idade na escola. Isso é enganação. Ele está mentindo para a população. Fora do Estado, as pessoas dizem: "Nossa, podíamos ter um Governador desse tipo, que aumenta o salário dos servidores em 54%, põe as crianças de 6 anos na escola e garante livros didáticos". Mas ele faz graça com o chapéu dos outros. Ele divulgou que os livros didáticos seriam para todos os alunos do primeiro ano de Português e de Matemática. A maioria dos estudantes do Estado permanecem sem livros.

Parabenizo a luta dos servidores, que podem contar com o apoio do nosso bloco. Estou muito feliz. Depois de muitos anos de luta, conseguimos a descentralização da venda do passe escolar com desconto em todos os terminais de Uberlândia. Parabenizo o Vereador Elismar Prado, que entrou na Justiça e obrigou as empresas de ônibus a cumprir uma lei, aliás, de minha autoria, quando era Vereador na Câmara Municipal. Parabenizo Montes Claros pelas tradicionais festas que ocorrem há 166 anos, de 17 a 22 de agosto. Servidores, continuem na luta e contem com o nosso apoio. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 23/8/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro

nomeando Felipe Douglas Prado de Freitas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Charvston Gardellari Viana do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando Laura Conrado Dias de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

exonerando Marcos José Rabêlo do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando Silvio de Sá Batista do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

nomeando Charvston Gardellari Viana para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Ivan Rodrigues Gonçalves para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

nomeando Laura Conrado Dias de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Silvio de Sá Batista para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, observadas as disposições contidas na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, e no art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.090, de 17/12/90, bem como na Lei nº 9.592, de 14/6/88, à vista do disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, no § 2º do art. 3º da Emenda à Constituição Federal nº 20, de 15/12/98, recepcionado pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 20/7/2005, Ana Lúcia Penna, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio à Representação Político-Parlamentar, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, data de publicação da Emenda à Constituição Federal nº 20, de 15/12/98, com proventos a serem taxados no cargo em comissão e de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete.

## ERRATA

### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.986/2004

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 11/8/2005, na pág. 40, col. 3, na "Conclusão", onde se lê:

"na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça", leia-se:

"com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça".